

Alimentação orgânica e Educação Ambiental: possibilidades para uma vida saudável

Alimentación orgánica y Educación Ambiental: posibilidades para una vida saludable

Organic Eating and Environmental Education: possibilities for a healthy life

Esp. Evanilda Braga da Silva¹

Me. Junior Cesar Mota²

Resumo

A alteração no modo de agir e estar no universo, nos força buscar alternativas compatíveis com a capacidade de sustentação da natureza. A Educação Ambiental (EA), em seus diferentes segmentos sociais e sua interdisciplinaridade, traz em seus princípios e práticas, orientações ao ser humano quanto a sua interferência no ciclo da natureza. Desse modo, produção de orgânicos está interligada à EA, promovendo a conservação do meio ambiente e a produção de alimentos saudáveis. Com base nisto, o objetivo deste artigo foi demonstrar a relevância da produção de orgânicos, envolvendo a comunidade escolar e propriedade rural. A partir desse movimento coletivo, foi possível, aos alunos e demais participantes do evento, desenvolver conhecimentos, despertar uma consciência crítica e outra visão relacionada ao meio em que vive.

Palavras-Chave: Alimentação saudável; Educação Ambiental; Orgânicos.

Resumen

La alteración en el modo de actuar y estar en el universo, nos fuerza a buscar alternativas compatibles con la capacidad de sustentación de la naturaleza. La Educación Ambiental (EA), en sus diferentes segmentos sociales y su interdisciplinaridad, trae en sus principios y prácticas, orientaciones al ser humano en cuanto a su interferencia en el ciclo de la naturaleza. De este modo, la producción de orgánicos está interconectada a la EA, promoviendo la conservación del medio ambiente y la producción de alimentos saludables. Con base en esto, el objetivo de este artículo fue demostrar la relevancia de la producción de orgánicos, involucrando a la comunidad escolar y la propiedad rural. A partir de ese movimiento colectivo, fue posible, a los alumnos y demás participantes del evento, desarrollar conocimientos, despertar una conciencia crítica y otra visión relacionada al medio en que vive.

Palabras claves: Alimentación saludable; Educación Ambiental; Orgánica.

Abstract

The change in the way we act and be in the universe, forces us to seek alternatives compatible with the capacity for sustaining nature. Environmental Education (EE), in its different social segments and its interdisciplinarity, brings in its principles and practices, orientations to the human being as to their interference in the cycle of nature. Thus, organic production is interlinked to EE, promoting environmental conservation and the production of healthy foods. Based on this, the objective of this article was to demonstrate the relevance of organic production, involving the school community and rural property. From this collective movement, it was possible, to the students and other participants of the event, to develop knowledge, to awaken a critical conscience and another vision related to the environment in which it lives.

¹ Licenciada em Biologia (ULBRA); Pós-Graduada em Perícia e Auditoria Ambiental (Uninter). E-mail: evanildabsilva@hotmail.com.

² Mestre em Educação Ambiental; Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. CAPES; juniormota@furg.br.

Keywords: Healthy eating; Environmental Education; Organics.

1. Introdução

Estamos sempre em contato com a natureza, vivemos em lugares conquistados pelo trabalho do homem, que nem sempre está preocupado em agir em prol à manutenção e preservação da natureza, e que considera somente seu bem-estar, domina e/ou destrói desnecessariamente o meio em que vive a partir de uma visão antropocentrista³. Esse bem-estar por muitas vezes não é experienciado como um sinônimo do bem-viver. Ao longo do tempo, os alimentos transgênicos e o uso descontrolado de agrotóxicos têm dominado a indústria alimentícia, colocando em segundo plano a alimentação saudável por meio dos alimentos orgânicos.

Sabemos que a forma de se produzir produtos orgânicos já fez parte da vida de nossos ancestrais que cultivavam de forma natural seus alimentos e não se preocupavam com a preservação e/ou a conservação do meio ambiente. Devido ao alto consumo e pouca produção, por exemplo, o ser humano lançou mão de subsídios (agrotóxicos, uso excessivo da terra, entre outros) que aumentavam a produção, mas com prejuízo do solo. No entanto, o que podemos observar é que meios de reverter essa situação já estão acontecendo atualmente, resultando em mudanças de comportamento principalmente por parte do consumidor, que está (re)adquirindo, aos poucos, hábitos saudáveis forçando a produção de orgânicos⁴, o que leva a indústria alimentícia a investir e rever seus modos produtivos voltando-se a práticas adequadas ao manejo do solo e qualidade de vida socioambiental.

Entre os meios que contribuem significativamente para que ocorra esta mudança está a Educação Ambiental (EA), hoje aplicada nos mais diversos lugares de educação formal e não formal. A prática alargada da EA possibilita que haja uma troca de experiências entre esses lugares, transcendendo às ações reducionistas e pontuais da educação. Baseado nesta troca e diálogo de saberes, este trabalho é resultado de um projeto de ação em EA desenvolvido, durante um ano e meio, junto a uma agroindústria de produção de orgânicos, na comunidade de Serraria Velha, município de Santo Antônio da Patrulha - RS, e uma escola municipal do mesmo município.

³ “Do grego: *anthropos*, o homem (como espécie); do latim: *centrum*, *centricum*, o centro, o cêntrico, o centrado” (MILARÉ e COIMBRA, 2004, p. 11). Ou seja, o ser humano como centro de todas as coisas.

⁴ Entendemos como produto orgânico animal ou vegetal todo aquele obtido de forma natural, ou seja, sem adição de agrotóxicos, pesticidas, adubos químicos, sementes transgênicas e hormônios sintéticos. No vegetal o solo é a sua fonte de nutrição *in natura*.

O município de Santo Antônio da Patrulha faz parte do Projeto Verde Sinos, cujo objetivo é a reservação⁵ de água, uso do solo e proteção da vegetação, e já está implantado em dez propriedades rurais do município. A propriedade escolhida para o desenvolvimento deste projeto de ação foi a do Sr. Domingos Sávio da Paula Neves, na zona rural do município, por ser a mais próxima da escola participante. A instituição de ensino foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental José Inácio Machado Ramos, que desenvolve oficinas multisseriadas e cultiva horta orgânica.

A justificativa da realização do projeto realizado surgiu, *a priori*, de uma necessidade da autora, como aluna do curso de EA, pois dá condições de ampliar o aprendizado em relação à cultura de produtos orgânicos, com a colaboração da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS. Ainda a relevância do trabalho realizado pauta-se na urgência da proliferação de informações acerca dos produtos orgânicos e seus benefícios para uma mudança do e no modo de viver. A partir disso, emergiu a seguinte questão motivadora: Como os alunos e a comunidade escolar compreendem a alimentação orgânica e seus benefícios para a construção de uma vida saudável e de qualidade?

Motivados e instigados pelo questionamento, tivemos como objetivo potencializar, por meio de ações em EA, a cultura orgânica com alunos e a comunidade escolar, considerando os conceitos fundamentais do cuidado ambiental e da segurança alimentar para uma vida de qualidade. O envolvimento da comunidade escolar ocorreu por meio do ensino interdisciplinar, visita ao local na busca de informações sobre o desenvolvimento da produção de orgânicos, sendo estas, compartilhadas com outras escolas, comunidades e produtores rurais. Foram realizadas oficinas com alunos e funcionários da escola, com questionamentos que trouxeram uma reflexão crítica relacionadas ao que viram e quais as percepções em relação aos problemas socioambientais.

Salientamos que para uma melhor organização e compreensão, este artigo está subdividido em seções. Na Introdução, foi apresentada a temática do trabalho, bem como a justificativa, relevância, questão norteadora e objetivo que norteou as ações em EA. Na segunda seção, intitulada de “Alimentação orgânica e Educação Ambiental: possibilidades para uma vida saudável”, serão tecidos diálogos entre a(s) concepção(ões) de EA que perpassaram nas práticas desenvolvidas, o que de fato é esta alimentação orgânica, e quais os desafios desta ser trabalhada dentro da sala de aula. Na terceira seção, veremos os caminhos metodológicos, onde será apresentado uma caracterização breve do município, uma descrição

⁵ Reservação de água: sinônimo de armazenamento de água ou guardar água. Emater/RS.

sobre o lócus das ações (propriedade rural e escola), e quem foram os sujeitos que participaram dessa caminhada. Por fim, serão apresentados os resultados das ações (seção quatro) e as considerações finais, que indicam possíveis direções e as impressões deixadas durante a aplicação do projeto de ação em EA.

2. Educação Ambiental e alimentação orgânica: subsídios para uma vida de qualidade

Estamos inseridos na história: passado, presente e futuro. O passado é um marco importante, não ultrapassado ou eliminado pelo modelo atual, que acumulou acontecimentos ao longo do tempo e que fornece o entendimento do presente, levando a compreensão da constante evolução da EA e sua importância para a sociedade como um todo.

O processo de acompanhamento da evolução ambiental permite uma mudança comportamental da sociedade por meio de leis regimentais, em todos os âmbitos governamentais. E também por meio de convenções, conferências nacionais e internacionais, programas sociais, eventos, seminários, meios de comunicação, currículos, dentre outros.

Partindo desse pressuposto, destacamos a seguir alguns acontecimentos históricos que provocaram mudanças no comportamento humano relacionado ao meio ambiente. A partir desses marcos, será realizada uma articulação com os aspectos da alimentação orgânica, contextualizando-a no tempo e seus principais subsídios para uma vida saudável.

No âmbito internacional em 1948, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, ocorreu a conferência de Fontainebleau na França, surgindo a publicação do “Estudo da Proteção da Natureza no Mundo” realizado pela União Internacional para Conservação da Natureza – UICN, sendo publicado em 1951. Mais tarde, com a Conferência de Estocolmo em 1972, a UICN se transforma no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, sendo considerada a primeira atitude mundial onde se tenta organizar a relação homem-natureza. O termo EA (*Environmental Education*) foi utilizado primeiramente em 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, realizado na Grã-Bretanha.

Na conferência de Tbilisi, realizada em 1977 na Geórgia (antiga URSS), ocorreram as definições, os objetivos e as estratégias para a EA, utilizados em todo o mundo até os dias atuais, sendo considerada um prolongamento da Conferência de Estocolmo, que se tornou ponto culminante na primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental.

No Brasil, a Lei 6.938/81, que determinou a Política Nacional de Meio Ambiente, é a referência mais importante na proteção ambiental, como prevê o princípio matriz contido no *caput* do art. 225 da Constituição Federal do Brasil de 1988, que diz: “*Todos têm direito ao*

meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1988). A Lei 6.938/81, também estabeleceu em seu décimo princípio que a EA precisa ser praticada em todos os níveis escolares, incluindo a educação da comunidade, capacitando-a a proteger o seu habitat por meio do manejo adequado dos recursos naturais.

Em abril de 1999, com a criação da lei nº 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) do Brasil, a EA embasada no artigo 225, inciso VI da Constituição Federal (BRASIL, 1988) é reconhecida e oficializa como essencial e permanente em todos os processos de aprendizagem. Para garantir a necessidade das políticas de meio ambiente estabelecidas nesta lei, o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA⁶, por meio da Resolução nº 422 de 23 de março de 2010, estabelece diretrizes para conteúdos e procedimentos em ações, projetos, campanhas e programas de informações, comunicação e educação ambiental no âmbito da educação formal e não formal realizada por instituições públicas, privadas e da sociedade civil.

No Estado do RS, onde o projeto ocorreu, verificamos que sua Constituição legal, datada em 1989, apresenta a definição de meio ambiente idêntica ao da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Em relação à EA, a Lei do Estado do Rio Grande do Sul nº 13.597/10, tem por finalidade uma EA que envolve aspectos ecológicos, políticos, sociais, econômicos, culturais e éticos, despertando uma consciência crítica sobre a problemática socioambiental (RIO GRANDE DO SUL, 1989).

Mesmo com a existência de todos os acordos e leis, faltam ações políticas, cumprimento de normas, atitudes corretas em relação com o meio ambiente o que leva a priorização do consumismo e do capitalismo, fazendo-se necessário apostar na sensibilização e potencialização desta consciência desde os primeiros anos da fase escolar, destacando hábitos alimentares em prol de uma vida de qualidade e cuidado com a natureza.

Quando o ser humano se alia à natureza e busca comunicar-se com ela de modo a interagir com o mundo em que vive sem o desejo de apropriar-se, de dominar ou de destruir, ele cria as condições de uma relação harmoniosa entre a *sociedade* e a *natureza*, entre a *cultura* e o *ambiente*. “Não se pode pensar, pois, nem a natureza nem o homem sem pensar a ação humana sobre a natureza” (SATO, 2014, p. 66).

⁶ O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, criado pela Lei Federal nº 6.938/81, é o órgão colegiado brasileiro responsável pela adoção de medidas de natureza consultiva e deliberativa acerca do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

O desenvolvimento de práticas de produção de orgânicos, criou força em função da necessidade de garantir a sobrevivência do homem e seus descendentes, tornando-se um modelo caracterizado pela necessidade da recuperação e preservação do ambiente, com uma alimentação saudável, natural e equilibrada. O uso de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, manejo inadequado do solo, a intensa mecanização do campo, a não utilização de energias renováveis, a contaminação das águas subterrâneas e superficiais, entre outros, impedem a redução dos impactos ambientais. A produção orgânica tem por objetivo a sustentabilidade ambiental e econômica, buscando a harmonia com o ambiente e a produção de alimentos saudáveis, utilizando a reciclagem do que a natureza dispõe, controle de erosão, dispersão de pragas por uso de ervas nativas aromáticas como repelentes.

A Lei Federal nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003, que regulamenta a produção orgânica no Brasil, traz em seu artigo 2º que o produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele in natura ou processado é aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. Em 2007 esta Lei foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.323, que instituiu o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, regulamenta em seu Artigo 2º, Inciso III que “certificação orgânica: ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificado foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigente” (BRASIL, 2007).

O processo que determina que o produto seja considerado orgânico é realizado por meio de vistorias e auditoria na propriedade, realizada por instituições em sua maioria não governamental. Após a verificação das conformidades, o produtor recebe certificado e o selo que identificam a veracidade do processo quanto à origem da semente utilizada, a forma de plantio, uso correto do solo, de insumos, colheita, armazenamento e comercialização.

O Brasil está se consolidando como grande produtor de orgânicos, atualmente com mais de 15 mil propriedades certificadas e em processo de transição, 75% pertencentes a agricultura familiar (SEBRAE, 2015). Relevante destacar a produção de orgânica no Rio Grande do Sul, está “a liderar o ranking nacional de produção orgânica” (FETRAF/RS,2015), tendo como política pública, a Lei nº 14.486, criada em 31 de janeiro de 2014, que Institui a Política Estadual de Agroecologia e de Produção orgânica, com a finalidade de apoiar sistemas agroecológicos e orgânicos de produção e a transição.

Logo, a produção de orgânicos vem se mostrando como um ideal que possibilita uma prática educativa em relação ao cuidado com o ambiente que prejudica a qualidade de vida até

então utilizada, sem excluir outros estudos na preservação da natureza, surgindo a EA como uma crítica-transformadora cultural importando onde considera a natureza como fonte ilimitada de recursos à disposição do ser humano, levando em conta a viabilidade socioambiental, embasada em uma outra forma de desenvolvimento.

A EA, da qual estamos falando, define princípios que norteiam as ações do ser humano por meio de um processo de ação reflexiva. Isto se dá por meio de informações em todas as suas formas, criando modelos de desenvolvimento, com soluções limpas e sustentáveis, no ponto de vista ecológico, ético, cultural, sociais, políticos e econômicos, que garantam a sustentabilidade socioambiental.

O ser humano, acima de tudo, precisa ter consciência que faz parte desse meio e preservá-lo significa proteger a humanidade. Essa conscientização necessita ser individual e coletiva, prevalecendo um pensamento crítico e transformador (LOUREIRO, 2004). A EA estimula, no cidadão, a criação de habilidades investigativas, com uma visão crítica e potencializadora, sobre o meio e apresentar soluções para evitar e prevenir os impactos ambientais. Para isto,

O conhecimento proporcionado pela ciência e pelas culturas milenares sobre o meio ambiente deve ser democratizado. As pessoas devem ter acesso a ele. Assim, educação ambiental não deve ser transmitir só o conhecimento científico, mas todo tipo de conhecimento que permita uma melhor atuação frente aos problemas ambientais. (REIGOTA, 2006, p. 32).

Observamos, porém, que a EA em conformidade com o acima descrito, está longe de ser atingida. Embora venha ganhando um espaço no meio empresarial e industrial, ainda não atingiu o nível de reflexão transformadora por parte dos responsáveis e colaboradores, no sentido da mudança de valores e atitudes, aperfeiçoamento de habilidades, e que permita uma prática socioeducativa integrada, contínua e permanente, pois esbarram no alto custo de tecnologias limpas e a falta de conhecimento técnico sobre o assunto, mesmo conhecedores que deles depende o futuro da presente e próximas gerações.

A agricultura baseada em caráter agroecológico, utilizando as práticas de manejo orgânico do solo, visando o cultivo de produtos de qualidade, é utilizada, na maioria, apenas por agricultores familiares, ou pequenos agricultores que produzem pouco, mas usam e vendem produtos de qualidade. Os gestores públicos, por sua vez, têm um papel fundamental como detentor do poder de legislar, implantar, fiscalizar, punir, orientar e garantir o envolvimento de todos, na busca de uma resposta eficaz para garantir a sustentabilidade ao meio ambiente e a permanência das gerações atuais e futuras.

Contribuindo com as leis públicas destacamos a participação de Organizações Não Governamentais – ONGs, que despertam no cidadão a responsabilidade com o meio ambiente, sendo tão ou mais eficientes que a gestão pública, uma vez que, cobram a ação do poder público. Uma das ONGs atuantes no mundo é a Greenpeace, uma organização global e independente que atua para defender o ambiente e promover a paz, inspirando as pessoas a mudarem atitudes e comportamentos. (GREENPEACE, 2010).

Voltando aos ambientes formais de educação, no Artigo 2º da Lei Federal nº 9.795/99, a EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999). A educação não formal precisa estar presente em todos os espaços de convivência, com a finalidade de garantir o padrão ambiental adequado para o exercício da cidadania e reformulação de valores, individuais, coletivos, morais e éticos. Desse modo, os professores são colaboradores indispensáveis na educação ambiental, devendo empenhar-se para transferir conhecimentos aos alunos, que passam a ser agentes transformadores de opiniões, na família e comunidade local, contribuindo para uma melhor qualidade de vida, preservação e conservação do local em que habita, transformando o espaço, os meios natural e social (REIGOTA, 2006).

Logo, a EA assume parte fundamental no enfrentamento as mudanças de valores, sentimentos e atitudes de forma permanente e continuada para todos possibilitando o respeito a diversidade, a cultural, a ética e a construção de uma sociedade sustentável. “Destacamos ainda o papel da escola, no processo de formação de sujeitos críticos-transformadores, ao desencadear a construção de novas concepções”. (LOUREIRO, 2014, p. 72).

A EA nas escolas públicas e privadas, em todos os níveis, forma no indivíduo, um pensamento crítico e inovador. Precisamos entender que não é uma disciplina específica nas escolas a fim de aumentar a carga de conteúdos nos currículos escolares, ou atrelada a uma outra pedagogia. Ela vem com outro saber, um novo olhar, e modo de viver e interagir entre nós. Devemos entendê-la como multiplicadora e transformadora de ideias, mudanças de comportamento humano, e de (re)criar valores, nos fazendo entender que a Terra não nos é eterna em seus recursos naturais. Durante o período escolar a criança e o adolescente, em fase de desenvolvimento físico e psicológico, onde ocorrem mudanças de comportamento é fator fundamental ter uma alimentação adequada e saudável.

Segundo o documento Políticas de Alimentação Escolar (BRASIL, 2006) essa fase da vida requer cuidados especiais, pois uma alimentação não saudável pode ocasionar consequências no desenvolvimento físico, mental e conseqüentemente na aprendizagem. A

merenda escolar que é de fundamental importância para os alunos de todas as classes sociais e idades, em especial aos alunos das classes menos favorecidas, que na maioria das vezes vão para as salas de aula sem nenhuma alimentação, sendo a merenda sua única refeição do dia. Esta alimentação tem por necessidade ser nutritiva e de fonte saudável, onde se destaca a utilização do uso de orgânicos.

Cabe aos educadores informar aos educandos dos benefícios obtidos com essa forma de alimentação, já que estão acostumados a ingestão de produtos industrializados e convencionais. A escola além de aplicar o ensino pedagógico, tem por desafio também, criar hortas orgânicas dentro da área escolar, com a participação de alunos, demonstrando os benefícios do consumo dos alimentos, preservação dos recursos naturais, criando uma consciência e um olhar crítico, mudando sua visão e atitudes, expandindo este novo modelo de produção para seus familiares e comunidade.

A escola também pode atuar junto à comunidade utilizando-se de reuniões, encontros, objetivando dar orientações quanto à preservação e manutenção do meio em que vive, a forma correta do manejo do solo, sem uso de agrotóxicos, reciclagens, descartes dos lixos e cuidado dos recursos hídricos. Esse modelo de interação entre escola e sua comunidade é muito pouco desenvolvido, tornando-se um grande desafio, devido ao desinteresse, ou falta de condições tanto educativo quanto da comunidade. Desse modo, seria necessário haver uma interação maior no que diz respeito, a participação da comunidade e escolas com o objetivo de ampliar conhecimentos a favor da natureza.

3. Caminhos Metodológicos

Para atingir as propostas relacionadas no projeto “Alimentação orgânica e educação ambiental: possibilidades para uma vida saudável”, foi necessário a escolha de um lugar que viabilizasse a implantação do mesmo, envolvendo a comunidade escolar, o ambiente, os profissionais e a comunidade local. O objetivo principal foi demonstrar a relevância da produção de orgânicos, da preservação e manutenção do ambiente, envolvendo a comunidade escolar e propriedade rural, momento em que foi discutido o manejo, cuidados e utilização dos recursos naturais, a forma do plantio, e todos os demais processos da agroindústria familiar, por meio da produção de orgânicos para consumo e comercialização, mantendo uma relação equilibrada com o ambiente natural.

3.1. O lugar da pesquisa

O município em que o Projeto foi desenvolvido, Santo Antônio da Patrulha - RS, não possui um produto específico de origem agropecuária, pois as condições do uso do solo e outros fatores socioeconômicos fazem com que predomine pequenas propriedades rurais, resultando em diversas culturas agrícolas. Atualmente, a população do município é de 39.679 habitantes sendo que deste total 29,17% reside na área rural e sua economia está basicamente apoiada na geração de serviços, indústrias e agropecuária. Pertencente aos Biomas Pampa e Mata Atlântica, está localizada a uma distância de 76 km da capital do Estado, Porto Alegre, ocupando uma área territorial de 1.047 km² (IBGE, 2010), e está dividido em três Bacias hidrográficas: a Bacia do Rio Gravataí, Bacia do Litoral Médio e a Bacia do Rio dos Sinos.

O projeto foi desenvolvido na propriedade do Senhor Domingos Sávio da Paula Neves, localizada na Estrada ERS 242, Distrito de Serraria Velha, a 14 km da cidade. Em contato com a EMATER/RS do município, fui orientada a procurar esta propriedade por produzir dentro das técnicas adequadas os seus produtos. Um dos facilitadores foi a proximidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Inácio Machado Ramos com a propriedade, apenas 600 metros, possibilitando o fácil acesso dos alunos e professores. A referida escola foi fundada em 1977, com autorização de funcionamento em 24 de janeiro de 1984. Possui um total de 158 alunos que estão distribuídos deste a pré-escola até o 9º ano, desenvolve oficinas multisseriadas. E uma das atividades desenvolvidas está sendo a manutenção de uma horta para o cultivo de alfaces, cebolinha, salsa e alguns chás de forma também orgânica, reforçando a preocupação da comunidade escolar à temática, “entendendo que as crianças são seres da natureza, é necessário repensar e transformar uma rotina de trabalho que supervaloriza os espaços fechados e propiciar contato cotidiano com o mundo que está para além das salas de atividades”. (TIRIBA, 2010, p. 6).

3.2. Históricos da propriedade e estrutura física

A propriedade faz parte do Sistema Participativo de Garantia (SPG), onde recebeu o certificado e selo que tem por objetivo facilitar ao consumidor identificar os produtos que estão em conformidade com os regulamentos e normas técnicas da produção orgânica.

Descendente de italianos e alemães, o Senhor Domingos Sávio da Paula Neves sempre morou na zona rural do município. No final do ano de 2014, a convite Emater/RS passou a participar do projeto VerdeSinos. Percebendo a oportunidade de produzir produtos orgânicos, passou a ter assistência técnica qualificada obtendo recursos financeiros próprios e do projeto, conseguindo construir o prédio e comprar equipamentos para viabilizar sua agroindústria;

comprou cisternas; viabilizou a preservação de nascente e reflorestamento da área com cercamento; fez melhorias no estábulo e implantação de três (03) composteiras.

A propriedade se compõe de 21 hectares dispondo de uma área de 2,1 hectares de mata nativa. Possui pomar de frutíferas, plantação de hortaliças e legumes, possui um estábulo e um criatório de galinhas para fornecimento de carne, ovos e esterco. O manejo da propriedade e processos industriais é realizado pelo proprietário e sua família, bem como a produção de compostagem, preparo do solo, semeadura, tratos culturais, colheita e comercialização.

3.3. Participantes e meios de produção de dados

A visitação na propriedade, anteriormente definida em reunião na escola, contou com a participação minha, como coordenadora, diretor da Escola Sr. Augusto de Fraga Cardoso, professores, alunos que fazem parte das oficinas multisseriadas, moradores e demais envolvidos com o projeto. Fomos recebidos pelo Sr. Domingos e sua família, que falou de como adquiriu a propriedade e como ela passou de produção convencional para produção de orgânicos, passando seus conhecimentos habituais, no manuseio e cuidado da terra.

Após a breve explanação, fomos fazer a caminhadas, juntamente com os técnicos da Emater/RS, Sr. Flademir Heleno Schmidt e Alexandre Piccinini, que apresentaram as técnicas utilizadas, ressaltando a possibilidade que todos estavam tendo de conhecer o valor intrínseco da natureza em relação ao ser humano. Durante o trajeto, foram explanados os benefícios de produzir e consumir orgânicos. Posteriormente a técnica extensionista da Emater/RS, Senhora Márcia Sparemberger, ofereceu ao grupo um ótimo suco de limão e couve, merengues e cucas produzidos na propriedade.

Os alunos expressaram muito interesse sobre o que eles estavam vendo e ouvindo, comentando: “*Lá em casa não se coleta água da chuva nem esterco*”, outros diziam: “*Lá em casa meu pai coloca esterco nas verduras*”. Isto porque mesmo morando em zona rural, a maioria não conhecia cisterna e composteiras, até mesmo moradores locais não conheciam a utilização destas ferramentas e o modo se produzir alimentos.

Como já havia sido estabelecido, com a professora Daiana de Oliveira Santos, responsável pelas oficinas, foram elaborados questionamentos, onde os alunos, em grupos, deveriam manifestar seus saberes, por meio de cartazes durante as oficinas em sala de aula.

4. As ações e seus resultados

O envolvimento dos alunos por meio do convívio com a natureza reafirma a importância da EA como elo na ética e respeito à vida na terra. Este fato foi observado através do resultado nas oficinas, onde houve o envolvimento de todos os alunos. Durante a apresentação, com a participação da professora, alunos, técnico da Emater/RS, proprietário da agroindústria e eu como coordenadora, os alunos, responderam aos questionamentos com muita segurança explanando com desenvoltura o aprendizado em relação ao que foi vivenciado na propriedade de produção de orgânicos.

Em todos os questionamentos posteriores à visita, notamos que os temas abordados, a respeito de produção orgânica, alimentação saudável e preservação do meio ambiente, os alunos demonstraram uma outra visão relacionada ao ambiente em que vivem, conforme pode ser verificado abaixo.

Durante a explanação da pergunta “Por que você acredita que os alimentos orgânicos não são tão consumidos quanto os industrializados?” uma aluna fez o seguinte comentário: *“Que se a gente parar pra pensar em comer menos enlatados, congelados, e produtos de supermercados e passar a comer alimentos plantados na horta sem agrotóxicos a gente tem uma vida muito mais saudável e com muitos benefícios”*. Já na questão sobre “a importância da reserva de água em cisterna”, o aluno relacionou corretamente todo o processo desde a montagem da cisterna na propriedade, como fazer a filtragem e a destinação da água.

Respondendo à pergunta “O que você entende por alimentação orgânica?”, o grupo respondeu por meio de desenho da horta da escola, demonstrando sua importância, pois, nela são cultivados: alface, cenoura, temperos, moranguinhos, rabanetes que são utilizados na alimentação dos alunos. Uma parte da horta é reservada para a compostagem que serve de adubo orgânico, “valorizando atividades de plantar, colher e comer alimentos sem agrotóxicos, estaremos abrindo espaços para o exercício da ética do cuidado em relação ao próprio corpo, à Terra, ao entorno, ao planeta. (TIRIBA. 2010, p. 8).

Ainda, durante as apresentações dos materiais elaborados pelos alunos nas oficinas foi possível perceber outras falas que remeteram à transformação do modo de pensar e agir dos alunos, permitindo que os mesmos tivessem possibilidades de realizar uma “análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais” (LOUREIRO, LAYRARGUES, 2013, p. 64).

Diante destas demonstrações, percebemos que os alunos absorveram o conteúdo relacionado com a natureza, sua conservação, manutenção e a importância da produção e consumo de uma boa alimentação que garante uma vida saudável, tornando-se, portanto, multiplicadores desses conhecimentos.

5. Considerações atuais

Conhecendo a forma de se produzir alimentos saudável, destacamos que a agroindústria familiar e orgânica é minimizadora do êxodo rural, do desemprego, pois, sua base agroecológica é geradora de renda, através da venda dos alimentos, promovendo melhoria da qualidade de vida, e principalmente recuperação e preservação do meio ambiente e dos hábitos culturais.

A EA como uma transformadora cultural importante considera o ser humano como integrante da natureza, levando em conta a viabilidade socioambiental, embasada em uma outra forma de desenvolvimento. A produção de orgânicos vem se mostrando como ideal, que possibilita uma prática educativa em relação ao cuidado com o ambiente e o consumo de produtos saudáveis, garantindo a sobrevivência das atuais e futuras gerações.

Foi destacada neste artigo, a importância do cuidado com a natureza, seu uso de forma equilibrada e a produção e consumo de alimentos orgânicos. No entanto, sabemos que na realidade o homem, embora tendo consciência, em sua maioria, utiliza-se de formas e técnicas inadequadas objetivando apenas seu bem estar e o lucro. Quando as pessoas lidam com o mundo natural como se ele fosse inesgotável, como se existisse única e exclusivamente a serviço dos seres humanos, e como se os seus recursos e seres devessem ser dominados, conquistados e, finalmente, exauridos, esgotados e destruídos, para servir a interesses apenas econômicos e utilitários, sobrevém aí uma visível ameaça. Sobrevém o perigo de que, ao “conquistar” e “utilizar” os recursos naturais em proveito próprio, a espécie humana possa estar gerando, pouco a pouco, mas em uma velocidade crescente, os cenários e as condições de sua própria destruição.

Sim, porque como seres vivos, *Seres do mundo da Vida*, seres também naturais, todos nós e tudo o que nós criamos pode vir a desaparecer da face da Terra, na medida em que alteremos o sábio equilíbrio com que a mesma Terra nos gerou, depois de gerar a Vida e o equilíbrio e a harmonia de uma Natureza que nos mantém vivos. Mesmo quando aparentemente longe, “o que acontece” sempre tem a ver com todos nós. Para além das fronteiras que parecem nos dividir, somos todos viajantes do mesmo barco. Estamos embarcados na mesma viagem: a da vida humana na Terra. Vivemos todos na mesma casa e de algum modo temos e teremos todos o mesmo destino. Um destino que depende da Terra e da Vida na Terra. Mas que depende, antes, do que estamos fazendo e do que podemos começar a fazer com a Vida e com a Terra. Pois será uma escolha nossa seguirmos sentindo,

pensando e agindo como agimos, pensamos e sentimos, ou começarmos a aprender a sentir de outro modo, a pensar de outra maneira, a viver e a agir de outra forma.

Referências

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. *Mania de bater: a punição corporal doméstica de BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 08 mar. 2018.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007*. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Casa Civil. *Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Acesso em: www.agricultura.gov.br. Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. MEC. *Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955*. Institui a Campanha de Merenda Escolar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 abr. 2018.

BRASIL. MEC. SECADI. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Pag. 534 – 554.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SIUL. *Carta de Belgrado*. Disponível em: http://www.fzb.rs.gov.br/upload/20130508155641carta_de_belgrado.pdf. Acesso em: 02 abr. 2018.

LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra hegemônica. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013.

LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. *Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PERALTA, C. E.; ALVARENGA; L. J. AUGUSTIN, S. Direito e justiça ambiental: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica. Caxias do Sul, RS: *Educs*, 2014.

QUINTINO, C. A. A. Um Histórico sobre Educação Ambiental no Brasil e no Mundo. Centro Universitário Assunção - UNIFAI. *Publicações*. Disponível em:

<http://www3.unifai.edu.br/pesquisa/publicacoes/professores/bacharelados/um-historico-sobre-educacao>. Acesso em: 02 abr. 2018.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIBEIRO, H., JAIME, C. P. e VENTURA, D. Alimentação e Sustentabilidade. *Estud. Av.*, São Paulo, v.31, n.89, p. 185-198. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0185.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989*. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br>. Acesso em: 08 mar. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. *Lei nº 13.597, de 30 de dezembro de 2010*. Dá nova redação à Lei nº 11.730, de 9 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. *Lei nº 14.486, de 30 de janeiro de 2014*. Institui a Política Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica e dá outras providências. Disponível em: www.al.rs.gov.br. Acesso em: 02 abr. 2018.

SANTOS, M. L., BARBOSA, W. A., CAON, K. Gregório. Caminhos para a Permacultura Popular: Experiência de formação do grupo Sauipe – saúde integral em Permacultura. *Revista de Educação Ambiental*. v.17, n 2, p.117 a 130–2012.

SATO, M., CARVALHO, I. *Educação Ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

TIRIBA, L. Crianças da natureza. *Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais* Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: http://www.worldwatch.org.br/estado_2010.pdf. Acesso em: 22 ago. 2017.